

# **Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde**

## **RELATORIA**

### **II Encontro Territorial - Política de Drogas, Violência e Saúde**

**Local: Centro de Referência da Juventude  
Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ  
Dia 13 de dezembro de 2019  
09h00 às 16h00**

## **Sumário**

<b>Programação .....</b>	<b>3</b>
<b>Instituições, organizações e coletivos presentes.....</b>	<b>4</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>Relatoria Grupo 1 - Monitoramento de tiroteios e feridos e impactos diretos da violência armada.....</b>	<b>6</b>
<b>Relatoria Grupo 2 - Processo de Adoecimento dos Moradores e Profissionais que atuam no território.....</b>	<b>13</b>
<b>Relatoria Mesa de Debate.....</b>	<b>17</b>

## PROGRAMAÇÃO

09h00 – Café de boas vindas

09h30 – Apresentação do Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde e proposta do dia.

10h00 - Rodas de Conversa

1. Monitoramento de tiroteios e feridos e impactos diretos da violência armada – Quais sistemas de monitoramento existem, qual sua relação com a proteção da comunidade, como é a visibilidade das informações, como se dá a avaliação dessas informações e reorganização das políticas públicas?

2. Processo de adoecimento dos moradores e profissionais que atuam no território – Como o conflito armado contribui com esse adoecimento, que agravos podemos observar, que ações podemos propor para visibilizar esse processo?

12h00 às 13h00 - Almoço

13h00 – Atividade Cultural - Apresentação da performance do Grupo Manguinhos em Cena - Atriz Telma Assis.

13h30 - Mesa de debate em torno dos dois temas discutidos na parte da manhã. Um resumo das principais ideias discutidas foi apresentado como abertura da mesa.

Composição da mesa:

- Nísia Trindade - Presidência da FIOCRUZ
- Claudia Turner - Grupo de Atuação Especializado em Segurança Pública do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro
- Eliane Paixão - Secretaria Municipal de Saúde/CAP 3.1 - Acesso mais seguro
- Patrícia Evangelista - Representante da comunidade de Manguinhos

15h00 – Fala de encerramento

## **Instituições, organizações e coletivos presentes**

Consultório na Rua/Manguinhos; Rede CCAP; Redes da Maré; CAPS Magal; Juventude Anticapitalista; Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos; Organização Mulheres de Atitude; Secretaria Municipal de Saúde/Cap 3.1 (Maré, Alemão, Manguinhos, etc); Cruz Vermelha/Acesso Mais Seguro; Medicina UFRJ; Clínica da Família Victor Valla; Secretaria Municipal de Educação, EDUCAP; Rede Jurídica pela Reforma da Política de Drogas; Unidos de Manguinhos; Fundação Leão XIII; Criar Brasil – Comunicação Cidadã; TVT – TV dos trabalhadores; Centro de Saúde/Teias/Fiocruz ; Comissão de Agentes Comunitários de Manguinhos/COMACS; Associação de Moradores do Parque Oswaldo Cruz; Conselho Comunitário de Manguinhos; Rede de Economia Solidária e Feminista; Clínica da Família Zilda Arns Maré; Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ; Movimento Popular de Favelas; Cooperação Social da Presidência/ Fiocruz; Programa Institucional Álcool Crack e outras Drogas PACD/Fiocruz; Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde – Claves/Ensp/Fiocruz; Programa Institucional Violência e Saúde Fiocruz; Unisuam; Fala Manguinhos; ICICT/Fiocruz; Escola Politécnica/Fiocruz; Coletivo Papo Reto; Observatório de Favelas; Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro; Caps Miriam Makeba; Vara da Infância e Juventude/Poder Judiciário; Espaço Normal.

## **Introdução**

O Fórum Territorial Política de Drogas, Violência e Saúde é uma rede de organizações que entende que os impactos da guerra às drogas sobre a saúde é um tema estratégico para a segurança pública no país. Entendemos ser fundamental aumentar a rede de parceiros para pautar e debater a questão através da perspectiva dos direitos a fim de construir um enfoque específico para que o debate tenha força, possa produzir transformação e contribuir com a mudança do cenário de violação de direitos.

São organizadores desse Fórum: Programa Institucional Violência e Saúde, Programa Institucional Álcool, Crack e outras drogas, Cooperação Social, Redes da Maré, Observatório de Favelas, CAPS Miriam Makeba, Coletivo Papo reto (Complexo do Alemão), Movimento Popular de Favelas.

O público presente nesse II Encontro superou as nossas expectativas. Apesar do evento ser realizado em dezembro, mês que em geral as instituições estão assoberbadas com fechamento de projetos e prestação de contas e do pouco tempo de divulgação online do evento, a comunicação entre os moradores e a própria situação violenta vivenciada, naquele período, nas comunidades de Manguinhos e Jacarezinho, mas em geral que acomete todas as comunidades envolvidas, produziram uma forte adesão e participação. Outro ponto a ser levado em conta, diz respeito ao modo como as organizações parceiras são amplamente respeitadas e conhecidas, amplificando a divulgação e superando dificuldades relacionadas aos nossos limites de tempo e organização.

**Grupo 1. Monitoramento de tiroteios e feridos e impactos diretos da violência armada - Facilitador: Thainã Medeiros/Coletivo Papo Reto.**

- No início da atividade, algumas questões foram levantadas como modo de provocar o público presente e incentivar a sua participação: a) como monitoramos e comunicamos esse monitoramento? b) como nos protegemos dos tiroteios? c) como nos protegemos do monitoramento que fazem da gente?; d) como podemos ter uma forma de segurança? e) quais os desafios de trabalhar numa situação como essa? f) tem alguma ideia para melhorar essa situação?

- Houve uma discussão acerca de como entender o tiro ouvido, como fazer a sua leitura? Pode anunciar uma passagem, pode ser um treinamento, mas de qualquer forma é muito violento. Quando se houve um tiro tem um impacto sobre o funcionamento das instituições e o ir e vir dos moradores.

- O coletivo Papo Reto apresentou uma metodologia para monitoramento desses tiros. Todos devem fazer parte de um grupo virtual para saber as informações sobre os tiros. Existem 3 pontos da favela que estão sempre monitorando os tiros. Eles marcam esses tiros num calendário e no ano passado mais de 70% dos dias e mais de 60% do calendário de aulas foram dias onde foram ouvidos tiros. Não conseguiram monitorar quantos dias as escolas fecharam, esses dados são mais sensíveis.

- Na Maré, as pessoas se organizam em grupos de Whatsapp ou Facebook, havendo diversas páginas e coletivos que realizam um monitoramento e alertam os moradores e trabalhadores que atuam nesse conjunto de favelas acerca da ocorrência de tiroteios e/ou operações policiais. Um exemplo disso é a página do Facebook chamada 'Maré Vive', que divulga os dados de tiroteios, operações, além de outros acontecimentos e eventos na região.

- A Redes da Maré, numa tentativa de disputar a narrativa da mídia, começou a coletar e sistematizar as consequências dos tiroteios. Isso já deu um resultado, pois a mídia já começa a noticiar os impactos no fechamento de instituições, etc. Eles tem colaboradores para mídias sociais, e as organizações que fazem parte dos coletivos também colaboram com informações. Eles fazem um plantão *in loco*, quando tem operação um grupo recolhe essas informações e tem um grupo que faz mediação com a polícia. Quando tem pessoas que estão sob poder da polícia, eles tentam mediar e mostrar que a sociedade civil está monitorando. Existem pessoas que ficam em contato com os órgãos oficiais, segurança pública, escolas e serviços de saúde. Os tiroteios em geral são ligados a confrontos com policiais e conflitos entre grupos civis armados. Esses dados são sistematizados e, uma vez por ano, é

produzido e lançado o Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. Segundo a publicação, em 2017, aconteceram 41 operações policiais na Maré; 42 homicídios durante confrontos armados; 35 dias sem aulas; e 45 dias sem funcionamento de postos de saúde na Maré.

- Os dados de conflitos entre civis armados são mais difíceis de serem monitorados do que os dados de conflitos com o Estado. A favela é um território vivo, do nada pode acontecer um tiroteio e surpreender a todos.

- No Jacarezinho tem um grupo de Whatsapp que também é muito acessado, o 'Jaca News'. Não existem iniciativas para monitorar e nem intervir nos casos de violência. Muitas vezes se fica sabendo dos conflitos através dos grupos de Manguinhos. Geralmente, a iniciativa de proteção é se trancar em casa. Muitos dias de trabalho são perdidos. A Comissão de DH da Alerj, e a Defensoria Pública já foram lá.

- Em Manguinhos, além de grupos de Whatsapp tem a página 'FALA MANGUINHOS', no Facebook.

- Em Manguinhos, o chamado "caveirão branco" tem assustado os moradores, assim como os helicópteros atirando. Isso adoce muito a população, que não tem como fugir. O novo governador anunciou que quer colocar drones para monitorar a favela. É feita a pergunta de porque não pagar os servidores da saúde e cuidar das pessoas em vez de investir dinheiro público nesses equipamentos?

- *Segundo representante da Secretaria de Educação*, nas escolas do município do Rio de Janeiro houve três acidentes relacionados a alunos e professores, em Costa Barros e no Lins. A partir daí sentiram a necessidade de fazer algo mais específico. A educação é muito sacrificada por essa violência. Existem muitas cobranças. O direito que a população está perdendo é o direito de ir e vir. A mídia só noticia o fechamento das escolas e isso sacrifica as unidades escolares. A qualidade da oferta nas unidades não parece ser importante, só a abertura e fechamento. Em junho do ano passado fizeram Termo de Cooperação com a Cruz Vermelha, investindo na gestão de crise, o cuidado com os funcionários e parceria com a sociedade de psicanálise. Eles têm uma preocupação em não rotular que as escolas x e y são perigosas. Visibilizar as informações do Acesso Seguro faria com que os profissionais não quisessem trabalhar nesses locais. A mídia não procura a escola para ver o que tem de bom no sistema, só para falar da violência e isso estigmatiza. Como o profissional trabalha nas escola para que os alunos possam ter sonhos? Reduziram, de 2017 para 2018, 40% do fechamento das unidades escolares, a partir do Acesso Mais Seguro. Parece não ser interessante para a

população saber dos avanços, fica parecendo que a comunidade só tem bandidos e não cidadãos que têm seus direitos e que tem sonhos. Por isso é preciso ter muito cuidado na divulgação desses dados. Em dezembro de 2017, houve um pico de violência e a escola do Jacarezinho ficou fechada uma semana. Eles trabalharam muito para repor as perdas pedagógicas, pois a mesma é uma perda da esperança. Eles recebem muitas cobranças: cobrança de escola aberta, cobrança de escola fechada, cobrança do MP para repor os dias letivos das escolas fechadas. Quando os profissionais vão repor também o seu equilíbrio emocional, para não irem embora? É muito delicado. Muitos profissionais também moram em comunidades que sofrem com o mesmo problema. Nós temos mensuração de outros problemas: de voz, problema de coluna. Muitos problemas podem ser também por conta de outras questões que não apenas a violência. Para usar os dados precisamos trabalhar muito bem os dados e conhecer os mesmos. Existem mais de 1000 unidades escolares. A escola é a instituição mais criticada e não é apoiada. É muito difícil para quem trabalha nos locais de conflito dar um bom dia de esperança para os alunos. As escolas da Maré e de Manguinhos e outros territórios conflagrados tiveram uma atuação diferenciada e tiveram aumento no IDEB. A educação é penalizada pela segurança pública.

- Diante dessa fala houve o questionamento de “porque divulgar os dados de violência prejudicaria a educação?”. Outro dia na festa da escola Ema Negrão de Lima teve um tiroteio. Como é o diálogo da educação com a secretaria de segurança pública? Já estamos no terceiro ato normativo da segurança pública para não haver ações policiais no horário de escolas. Ano passado saiu o primeiro ato normativo, ouvindo os pais, solicitando uma ordenação do horário de tiroteios. Quando veio a intervenção triplicou o número de confrontos, mas conseguiram diminuir os fechamentos das escolas. Eles tem uma parceria com os responsáveis, que avisam aos professores. Na última semana várias festas tiveram que ser interrompidas por conta de tiroteios. Existe uma lei de que a educação tem que proteger as crianças.

- O PEJA da Escola Politécnica vive muitas perdas de aula por conta de conflitos armados. Tem a proposta do EJINHA, para as mães levarem seus filhos para a aula. Existem as leis, mas a prática é muito diferente. Outro dia, presenciaram uma ação policial abusiva e a orientação da diretora foi se esconder. A orientação foi questionada, pois a população precisa mostrar que está vendo, pois a polícia não pode violar direitos.

- Existem situações onde tem tiroteio no Jacarezinho e a creche Chico Bento, que é em Manguinhos, fecha. De quem é a responsabilidade? É do Estado. Estamos falando de comunicação e ela é para todos. Como a comunicação chega pelo Whatsapp para quem não tem celular ou não tem rede? Às vezes os profissionais

ficam tão apavorados com os grupos de Whatsapp que não querem mais trabalhar nos locais. Tem essa via de mão dupla.

- A Cruz Vermelha coloca que é muito interessante participar desse momento, importante os movimentos sociais estarem pensando sobre esse tema e sobre a não efetividade das políticas públicas. A Cruz Vermelha tem uma atuação neutra que visa garantir a saúde da população. É importante pensar as propostas e apresentar para as instituições que precisam ouvir. Os tomadores de decisões muitas vezes não têm acesso ao que querem os movimentos sociais. Muitas vezes podem ser tomadas decisões que não foram pensadas através dessa escuta. As políticas públicas nunca serão suficientes, sempre haverá pessoas que não se sentirão contempladas. O município do Rio de Janeiro tem 1539 escolas, a maior rede da América Latina, maior do que o Estado do Rio. Conseguiram implementar o Acesso Seguro em 187 escolas ano passado e até o final do próximo ano serão quase 500. Isso para a Cruz Vermelha é um ganho muito grande pois tem municípios que não conseguem atingir nem 20 escolas.

- No Acesso Mais Seguro existe a criação de protocolos de atuação territorializados para cada situação. Cada instituição atua separadamente mas tudo é integrado.

- Sobre o Acesso Mais Seguro, se essa informação não chega aos usuários, ela corre o risco de não ter efetividade.

- Em casos onde há corte da telefonia, existe uma tecnologia que permite que o SMS possa ser enviado nessas situações sem rede.

- A Redes da Maré vem fazendo um monitoramento sistemático e tem visto que existem momentos específicos no calendário do ano em que os tiroteios aumentam e é no período escolar. Dezembro e janeiro e metade de julho existem menos tiroteios.

- Existe uma dificuldade de acesso aos grupos de zap pois estão lotados. Como ampliar para quem não tem zap? Mural? Telefone? Rádio Poste?

- Como monitorar o conflito entre grupos civis armados? É um desafio enorme.

- Os Agentes Comunitários de Saúde relatam que no cotidiano de trabalho pegam diversas ocorrências de tiroteios. Tem 3 anos que a COMACS estava tentando monitorar e mapear os locais de ocorrência de tiroteios, eles têm também grupo de Whatsapp e também tem uma página no Facebook que avisa sobre as ocorrências.

Viver e trabalhar nessa área é se equilibrar no arame farpado. A metodologia de monitoramento que a COMACS está fazendo avalia uma porcentagem próxima de 60% de dias do ano com tiros em Manguinhos. “Precisamos pensar além, pois estamos enxugando gelo e as questões estão piorando. Hoje sentimos que não temos respaldo institucional para avançar nessas questões”. “Nós vivemos assustados e nos jogando no chão para fugir dos tiros. Solução é tentar pensar em rede e tentar nos proteger”.

- Foi apontada uma situação grave que ocorre com a saúde das pessoas que moram na frente da Cidade da Polícia devido aos treinamentos de tiros permanente no local. Existe uma piora muito grande na saúde dessas pessoas, aumento de hipertensos e diabéticos, piora da qualidade de vida, as pessoas estão adoecendo, ficam sem referencial, pois não tem como saber de onde vem os tiros. Há um aumento no uso e dependência de benzodiazepínicos. A questão é relacionada tanto à repetição constante de barulhos de tiros, sem nenhum tratamento acústico adequado. Além disso, nunca se sabe ao certo quando é treinamento ou quando se trata de um tiroteio, o que mantém uma tensão permanente entre os moradores desse local. “Se o tiro é um calibre só parece ser da Cidade da Polícia, se há vários calibres pode correr, porque indica tiroteios”, disse uma participante.

- Problemas históricos não são resolvidos momentaneamente, mas são resolvidos com escuta e com eventos como esse.

- Vivemos uma guerra não convencional com disputa de microterritórios. A dicotomia entre milícia, polícia e traficante é falsa, pois eles fazem parte de uma mesma questão. A PM tem princípios arcaicos. Tem uma crise e algumas empresas de segurança lucram muito com isso.

- Precisamos combater a causa e não apenas as consequências. Relatório da UNESCO mostra a existência de 54 milhões de pobres no Brasil, que é um dos principais países concentradores de renda no mundo. A violência é fruto de um ciclo ou circuito de ação e reação. A desigualdade e a fome geram violência, não tem como melhorar essa situação sem reduzir a desigualdade.

- Foi lançado um boletim de análise institucional do IPEA sobre política de drogas. Esse enfoque do IPEA tende a desaparecer com o novo governo. É preciso ficar atento e baixar esse PDF. Material fundamental para todos que estão aqui. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_analise\\_politico/181206\\_bapi\\_18.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/181206_bapi_18.pdf)

## Proposições, sugestões e encaminhamentos

- Precisamos criar redes de proteção porque somos muito vulneráveis. Diante disso, fica a questão: como podemos continuar essas ações, como a desenvolvida pela Redes da Maré, no novo governo, com esse prognóstico de repressão aos movimentos sociais, incremento das operações policiais com uso indiscriminado da força e ação letal, tal como vem sendo anunciado?
- É sugerida uma estratégia de autodefesa para os defensores de direitos humanos, militantes e demais sujeitos envolvidos com ações de controle e monitoramento das forças de segurança: a câmera dos celulares pode ser ligada na nuvem. Se houver operação policial e se você desaparecer, liga a câmera do celular que irá direto pra nuvem, é uma possibilidade.
- Temos que criar metodologia e linguagem própria para podermos nos defender e divulgar nossas questões, sem o controle e opressão da polícia e dos militares. É preciso falar da determinação social da violência é uma questão fundamental. Precisamos criar uma metodologia coletiva de registro e uma forma de monitoramento coletivo, não apenas relacionado a uma instituição.
- Os dados da saúde são fundamentais, mas existe uma dificuldade em especificar as causalidades e relacionar devidamente as ocorrências de tiroteios com a suspensão de atividades e fechamento das unidades.
- Os dados dos dias que a educação e saúde não funcionam precisam ser visibilizados, a população precisa poder acessar os dados do Acesso Mais Seguro. Além disso precisa ser cobrado do Estado a reposição desses serviços.
- Precisamos construir um aplicativo onde o usuário, o pai de aluno, etc, todos estejam conectados e possam ter acesso a uma informação de qualidade sobre conflitos armados e fechamento das instituições. Segundo foi informado durante o debate, o MP já fez essa sugestão para ter um aplicativo para que eles tivessem acesso aos dias de fechamento das unidades.
- É preciso juntar o cidadão comum, as instituições de pesquisa e as instituições do local, para que seja possível comunicar a todos. Como fazer com que a consulta que estava marcada há seis meses seja repostada? Precisamos pensar a reposição das aulas, pois o conteúdo não dado faz falta lá na frente.
- A ideia do aplicativo não é um bicho de sete cabeças, mas tem alguns esforços que nem sempre são acessíveis para a favela. Design, colocar na play store

e as pessoas baixarem. Possibilidades no Whatsapp: linhas de transmissão, grupos onde somente uma pessoa pode postar coisas, existe também forma de monitorar a localização em tempo real de uma pessoa. Em cima das propostas das instituições tem um projeto da Fiocruz já aprovado para propor um sistema de comunicação integrado de violência.

- O sofrimento e as perdas relacionadas à violência são muito graves. É preciso pensar estratégias terapêuticas que possam reduzir esses danos, que não seja apenas a medicalização, pois isso cria mais doença. Esse problema é político e é inaceitável essa vida que nós vivemos, reféns dessa situação.

- Na Secretaria de Educação existe um documento assinado que veda terminantemente a liberação de alunos durante tiroteios. É preciso união das instituições para trabalhar a favor do cidadão pois a mídia trabalha contra todos. A ouvidoria trabalha muito bem. Tem um problema de comunicação enorme entre as escolas e a secretaria devido à quantidade de escolas. As pessoas tem que usar o 1746 para que a Secretaria de Educação possa saber das exceções e para que a SME possa atuar e ir nas escolas. São 641 mil alunos. A porcentagem das exceções é baixa em um ano.

- A educação tem protocolos internos, é preciso criar protocolos de comunicação externa e também estratégias para mitigar esses problemas.

- O Coletivo Papo Reto pode dar oficinas sobre comunicação segura. Eles têm um manual e tutorial em vídeo sobre isso.

## **Grupo 2. Processo de Adoecimento dos Moradores e Profissionais que atuam no território - Facilitadora: Cristiana Brasil/Caps Miriam Makeba**

- No início da atividade, algumas questões foram levantadas como modo de provocar o público presente e incentivar a sua participação: Como o conflito armado contribui com o adoecimento das pessoas? Que agravos podemos observar? Que ações podemos propor para visibilizar esse processo?

- Inicialmente a discussão girou em torno das questões relacionadas ao Acesso Mais Seguro e as dificuldades para difusão das informações e decisões internas tomadas pelas gerências das unidades de saúde junto à população em geral, que acaba se expondo devido a essa falta de comunicação. Como o acesso seguro pode servir à população? Será que as associações de moradores poderiam ajudar? Poderia ser a partir das redes sociais?

- Sobre Acesso Seguro, existe uma certa insegurança relacionada aos seus procedimentos e decisões, que não são disponibilizados de maneira clara à população. Por exemplo, o que significa quando o sinal está amarelo?

- Os moradores também constroem grupos de zap para tentar se defender do conflito armado.

- O Acesso Mais Seguro é sem dúvida importante e fundamental para o trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde e educação, mas precisamos aprofundar o diálogo com os pais dos alunos e com os moradores e comunidade em geral. Nas escolas o problema também é grave, a polícia entra na comunidade muitas vezes em horário de entrada ou saída das crianças das escolas.

- Existe um processo de adoecimento de moradores e trabalhadores, causado pelo aumento da violência armada nesses territórios. Em geral nota-se um aumento de casos de transtornos mentais, foram apontados transtornos de ansiedade, síndrome do pânico e depressão. Isso é muito claro para a população e para profissionais de saúde que atuam nesses territórios, mas é preciso um esforço de pesquisa, sistematização e difusão desses dados e informações.

- Há dois anos a Cooperação Social da Fiocruz começou uma pesquisa no território sobre as consequências para a saúde da população devido a violência armada. Observaram que essa violência afeta muito o ir e vir. Em relação à saúde, notou-se um aumento de pessoas que estavam em depressão, devido ao terror.

- Uma pesquisa mostrou que na Maré é o lugar onde tem a maior utilização de rivotril. Essa utilização aumenta em períodos de confronto. É preciso refletir sobre porque isso está acontecendo. Essa política é eficaz? Um investimento enorme que

não consegue diminuir o tráfico nem o consumo. Será que não tem outra política de inteligência?

- É importante perceber que também existe um processo de medicalização da violência e seus efeitos, produzindo um uso excessivo de remédios psiquiátricos, tais como fluoxetina e diazepam.

- É preciso falar sobre o impacto da violência armada nos serviços da comunidade. A demanda que se acumula, o usuário que deixa de ser atendido, as escolas que ficam com conteúdo defasado, o ambiente de medo.

- Existe um problema na relação com a Cidade da Polícia, devido ao estande de tiros onde os policiais fazem treinamentos e testes com armas, que parece uma guerra e causa muitos transtornos à população do entorno.

- Uma situação muito preocupante que tem acontecido na região diz respeito aos pacientes que não conseguem se adaptar às regras dos grupos civis armados de cada localidade e, por isso, muitas das vezes, são agredidos e até impedidos de voltar para casa.

- A polícia também está doente. A polícia, quanto mais bem preparada, menos ela mata. Segurança pública é saúde, educação, trabalho.

- A participação em alguns espaços comunitários coloca os moradores em situação de fragilidade junto à polícia, ao questionar questões relacionadas a segurança pública e abuso de autoridade. Outra questão é que houve denúncia de que os policiais, nas últimas operações, estavam olhando os celulares e acusando os moradores de serem informantes porque tinham grupos de moradores para falar sobre as operações.

- Muitas pessoas procuram o CAPS e serviços de saúde mental para serem “escutadas”, pois sofrem com os constantes tiroteios e o efeito que causa “na mente”, no Alemão o Caps AD faz um pouco esse papel de escuta do sofrimento relacionado a esse processo.

- Os serviços de saúde não conseguem atender a essa enorme demanda. É uma responsabilidade do Estado e da política pública. Importante a população se envolver com esses espaços e demandar a política pública. Precisamos de rodas de conversas com os profissionais e moradores. O SUS é um lindo projeto, mas vem sendo atacado e desvalorizado. E os profissionais acabam ficando sobrecarregados.

- Os profissionais da saúde também adoecem e precisam de tratamento. O público escolar também precisa de um profissional de saúde mental nas escolas para dar conta dos impactos desse conjunto de violências cotidianas. O problema é que a causa dos transtornos, a violência armada, continua.
  
- É urgente pensar uma maneira de atender as pessoas que já estão adoecidas e, ao mesmo tempo, promover um freio nessa situação a fim de conter o aumento desses mesmos transtornos e adoecimento. Se pensarmos uma política pública de atendimento das pessoas adoecidas, essa demanda só vai crescer e a raiz do problema continua, não tem profissional de saúde mental que dê conta dessa demanda. É preciso pensar em políticas que atendam as pessoas mas também frear esse formato de (in) segurança pública?
  
- Podemos observar que nos territórios de favela nunca houve efetivamente a presença de um Estado Democrático de Direito.
  
- Precisamos falar sobre guerra as drogas. O controle do crime organizado, os confrontos, vem dessa guerra às drogas. A área da saúde vem trazendo o debate de que a proibição não protege a população nem garante a saúde. A segurança pública precisa mudar essa política de enfrentamento. Precisamos ampliar o cuidado da saúde, pensando a articulação de várias estratégias. Precisamos melhorar os dados sobre o adoecimento e o medicamento que entra para suprir essa problemática.
  
- Temos um projeto de integração de educação e saúde e temos um conselho de gestão intersetorial. Percebemos falhas graves no cuidado. Precisamos da participação da população para apontar os erros dessa política. Na renovação atual do contrato a visão administrativa da gestão e das metas é o que impera e acaba dificultando a coordenação do cuidado.
  
- É preciso reforçar os canais de diálogo, a exemplo do Conselho Gestor Intersectorial do TEIAS Manguinhos, dentre outros, porque precisamos fazer interação da sociedade com os equipamentos públicos. Tem uma reunião na UNISUAM com conselho de segurança pública.
  
- Estamos pensando duas frentes: estratégias e como reter o avanço dessa lógica. Precisamos procurar políticos, fazer advocacy e ir atrás das pessoas chave que possam se somar a essa luta, ser uma voz de mudança das políticas públicas de segurança. Ter uma força tarefa de sensibilização de pessoas que possam influenciar a sociedade.

- Existe um problema de comunicação, a Saúde e educação não conversam com a justiça. Quando tem um paciente preso é super difícil acessar.
- Existe o projeto ponta de saberes que trabalha com egressos.

### **Proposições, sugestões e encaminhamentos**

- Acesso seguro – como garantir essa informação para a população
  - Quais são os critérios?
  - A população tem seus mecanismos de acesso seguro entre si – como integrar?
  - Sugestão de criação de um App incluindo os serviços que têm Acesso Seguro, escolas, moradores e trabalhadores. Este deve ser integrado às redes comunitárias a fim de facilitar a comunicação da população com os equipamentos sobre as questões relacionadas ao conflito armado. Talvez articular esse diálogo entre os grupos que já têm o Acesso Seguro, para saber os detalhes, porque fechou a clínica, até que horas etc. É fundamental dar institucionalidade a este aplicativo, para que os policiais não fiquem pensando que se trata de um aplicativo de proteção ao crime organizado.
- Adoecimento da população e profissionais
  - Temos que reivindicar o atendimento da população e a garantia da saúde, mas também frear o crescimento do adoecimento e da super medicalização por conta da violência.
- Estratégias:
  - Levantar dados sobre escolas fechadas, postos fechados, atividades culturais canceladas a fim de pressionar o Estado para demonstrar o ônus da política de segurança pública adotada;
  - Diálogo da saúde e educação com a justiça. Ficou evidente uma ausência da Justiça nesse diálogo;
  - Necessidade de se criar espaços de escuta;
  - Necessidade de fortalecer os espaços de participação comunitária e institucional;
  - Diálogos com as escolas – criar debates com os jovens, criar uma rede de falar sobre isso, sobre o adoecimento dos jovens;
  - Formar grupo para advocacy em relação à Política atual de segurança pública;
  - A página Fala Manguinhos se coloca como parceira para informar e divulgar as informações para os moradores.

## Relatoria Mesa de Debate

- Nísia Trindade, presidente da Fiocruz indicou a necessidade de produção de um EVENTO CAUSADOR DE IMPACTO na sociedade, tal como uma caminhada ou marcha pela PAZ na Avenida Atlântica, por exemplo. A Fiocruz pode fazer a mediação do diálogo entre a sociedade civil e os órgãos públicos e governamentais.
- As ações geralmente são individuais ou de grupos de moradores e não oficiais, das instituições, precisamos avançar nisso. Esses monitoramentos podem deixar as pessoas que estão fazendo o monitoramento em risco, tanto em relação à polícia quanto em relação aos grupos civis armados. Por isso é preciso ter uma institucionalidade.
- É angustiante o processo de extermínio e violência que muitas vezes não vem só do tiroteio. É comum ouvir pessoas sendo torturadas ou mortas, passar por cadáveres e por poças de sangue e isso adoce também as pessoas e não aparece nos monitoramentos. A dificuldade de aprendizagem das crianças também é uma questão afetada por isso. Qual o dia a dia das crianças que vivenciam essas questões? As questões de saúde como pressão alta e diabetes? Como as questões de violência armada são abordadas e percebidas pelos profissionais de saúde?
- O Acesso Mais Seguro não tem um critério único, varia muito de local em local. É preciso integrar o acesso seguro com a população, unir as formas de comunicação da população com o acesso seguro.
- É motivo de preocupação tanto o adoecimento da população como as possibilidades reais de reverter essa situação, em especial diante dessa apologia da violência que vem sendo feita pelos governos que irão assumir o governo do Estado e País a partir de 2019.
- É preciso um esforço de todos no sentido de levantar e sistematizar dados sobre o fechamento das instituições (saúde, educação, eventos culturais, etc) para mostrar para o Estado a ineficácia dessas operações.
- Necessidade de criar espaços de participação.
- Ausência da Justiça nesse espaço de diálogo com a educação. Como integrar?
- Uso exacerbado de calmantes pela população, especialmente em momentos de conflito armado.

- O Fala Manguinhos pode fazer também um trabalho com esses aplicativos.
- Quais são os critérios do Acesso Seguro que indicam as cores? O que vivemos na prática é verde e vermelho, porque o amarelo fica meio confuso.
- Na CAP 3.1 Eliane e Columbano estão no trabalho do Acesso Mais Seguro desde 2011. A expansão da ESF no RJ começou em 2010, quando a cobertura era de apenas 3%. As áreas prioritárias para a ESF eram áreas que tinham conflitos armados. O Comitê da Cruz Vermelha tinha o objetivo de garantir o acesso à saúde das pessoas em situação de guerra, então eles entraram em parceria para possibilitar a implementação das novas Clínicas da Família. Essa metodologia permite a participação de representantes de todos que trabalham nas unidades, eles fazem oficinas nas Clínicas da Família onde procuram ouvir como está a situação nos territórios e a partir dessa escuta, com oficinas de 16h, é feita uma parte escrita de um plano de segurança, feita a partir de um acordo entre os participantes. É um plano singular de cada unidade, que vem de baixo pra cima, não é uma coisa hierárquica. As cores é que são homogêneas para todos: verde está tudo ok, consultas e visitas. Amarelo: cuidado, restrição, atenção redobrada. Amarelo pode ser total ou parcial. O total seriam todas as equipes restritas a fazerem visitas. Parcial, apenas algumas equipes é que terão algumas restrições, de acordo com o território. Quando há morte de policial ou invasão policial na madrugada ou invasão de grupos rivais são enviadas informações, mas elas são enviadas para pessoas chave e são enviadas de forma disfarçada, para evitar que o celular seja apreendido e possa colocar seus donos em risco. A população é também informante para o Acesso Mais Seguro. Vermelho é quando a unidade fecha, o perigo está na porta da unidade. Existe a cor laranja, que é a abertura da unidade após ser fechada. As informações são da equipe e não só da gerência, até mesmo para não vulnerabilizar a gerência. Os planos mudam de acordo com os contextos.
- Quando uma unidade fecha muito deveria existir algum fluxo e reestruturação dos atendimentos e do acesso à saúde da população.
- Na Maré temos 45 escolas e 7 unidades de saúde que sempre estão com risco de serem retiradas do local por conta de segurança. Mas a população continua ali, e o que fazemos então? Nosso caminho será retirar todas as unidades das favelas ou pressionar o Estado para que revise sua política de segurança pública?
- A unidade de Palmeiras foi fechada no Complexo do Alemão pois era inviável para os profissionais estarem lá, tiveram que dormir um dia na unidade devido a insegurança de sair.

- A CAP 3.1 faz uma atuação em parceria com cada clínica e com os trabalhadores do local. Essa metodologia não tem a pretensão de resolver os problemas da saúde. Temos dados de que aumentou a hipertensão, a diabetes e o uso de psicotrópicos, que só não aumentou mais por conta de falta de verbas. Avançamos na medida do possível, porém não podemos resolver tudo. Não houve nenhum caso na CAP 3.1 de trabalhadores mortos.

- Grupo de atuação especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Rio de Janeiro (GAESP - MPRJ) surgiu em 2015. Os promotores que estão na ponta têm que solicitar a atuação do GAESP. Parte do trabalho é feito em homicídios decorrentes de intervenção policial. Capacitação contínua dos promotores para atuação na análise desses inquéritos policiais. Têm recebido muitas mães de vítimas de homicídios e/ou violência. Existe um crescente de atuação nesses casos no MPE e no Conselho nacional do MP, que pauta temas para os MPs estaduais. Controle externo da polícia.

- Segurança pública é um eixo de política pública que envolve ações prestacionais e manutenção da Polícia Militar - PM e Polícia Civil - PC e SEAP, mas essa concepção não é consenso. Fizeram uma ação civil pública na Maré em relação à atuação da segurança pública e atuações policiais, se são realizadas a partir dos protocolos estabelecidos. Também trabalham com a estruturação da PC e PM e estrutura de trabalho desses policiais. Controle externo da PC, numa compreensão de que a PC tem que se encontrar com sua missão que é o trabalho investigativo. Esse tema é novo no Ministério Público e atua a partir de uma espécie de ponto cego.

- Os promotores ficam no gabinete e precisam ter modéstia de ver que não têm a experiência dos territórios, tanto em relação aos moradores quanto aos policiais. Eles tentam fazer uma mediação entre esses dois grupos. E também em relação aos abusos policiais. Tentam avançar em relação aos abusos inaceitáveis para o Estado Democrático de Direitos.

- A articulação com a Redes da Maré vem narrando as questões que acontecem no território e isso tem sido revolucionário, pois é uma narrativa fidedigna do que tem acontecido, o que não é o praxe, pois se você vai ver na mídia é que todos que morreram são suspeitos. Às vezes os feridos são esquecidos pois o foco está nos homicídios.

- A proposta é aumentar os espaços de diálogo e visibilidade inclusive com a mídia. A guerra informacional é muito grave, pois existem versões muito diferentes.

Em geral as narrativas oficiais geralmente são dos policiais, nos casos de julgamento envolvendo as mães de Manguinhos, por exemplo.

- A atuação da Fiocruz na área de violência tem se dado a partir da Cooperação Social e dos Programas Institucionais Violência e Saúde e Álcool, Crack e outras drogas, que são formas de organizar e estimular a Fiocruz a tratar dessas questões, através dos determinantes sociais da segurança pública. A Fiocruz tem também participado do conselho local de segurança pública, tentando pautar a garantia de direitos na atuação de segurança pública. Os impactos na saúde mental são agravos importantes relatados em pesquisa realizada pela cooperação social, casos de perda de trabalho e pessoas que deixaram de estudar por conta de conflitos armados. Precisamos avançar mais nisso. Nessa pesquisa, na pergunta que políticas de governo deveriam existir para diminuir a violência armada, os moradores relataram a questão da política da educação.

- A Fiocruz foi uma das primeiras instituições a pensar a questão da violência na saúde do profissional de segurança pública. Mesmo tendo esse histórico, quando pautamos o tema da segurança pública, no conselho local de segurança, que reúne todos os comandos da região, a reação tem sido muito reativa, eles entendem as críticas como se a Fiocruz quisesse impedir a realização do trabalho de segurança pública. Existe a necessidade cada vez maior de produção de evidências científicas em relação a isso, principalmente para a segurança pública.

- Que papel a Fiocruz pode ter para além do que já está sendo feito. Temos o dever de tentar contribuir para que essa não seja só uma questão das pessoas vítimas de violência nas periferias, isso tem que ser uma questão de todos aqueles que defendem os DH de forma a olhar o que efetivamente é a nossa sociedade. Essa violência afeta a todos e tem que ser encarada como uma questão de saúde e não apenas de segurança pública. Tem a ver com os homicídios e com o que o medo causa nas pessoas, o que isso causa em termos de saúde mental.

- Outro ponto diz respeito a como garantir a segurança dos trabalhadores da Fiocruz e isso não implica em pensar que a vida dos trabalhadores é mais importante que as outras vidas. Entre os trabalhadores da Fiocruz estão também muitos moradores. No dia da morte do Jonatham eles participaram de um fórum e fizeram a denúncia de que o prédio da Expansão teve que ser esvaziado e isso acabou repercutindo.

- É preciso, portanto, colocar isso na agenda da vigilância da Fiocruz e também no Ministério da Saúde. A presidente Nísia Trindade apontou querer colocar como prioridade para a Fiocruz as questões relacionadas à violência. Segundo ela, Raquel

Dodge, procuradora geral da República, também manifestou interesse em estabelecer uma parceria com a Fiocruz. A presidente se comprometeu a pautar o tema, numa perspectiva de tentar romper o isolamento e ampliar o debate sobre a questão da violência e seus impactos na saúde como prioridade.

- Há um preconceito enorme na sociedade em relação à favela, não só mostrar a violência e o medo, mas que outras coisas podem ser mostradas da favela e que são maravilhosas, que coisas podem colaborar para quebrar esse preconceito com a favela.

- Houve um alerta no sentido do custo de um aplicativo, podendo haver outros dispositivos mais interessantes. O Defezap, por exemplo, não é um aplicativo, é um número de Whatsapp. Existem formas mais inteligentes que não são aplicativos, pois estes precisam de atualização constante.

- O Coletivo Papo Reto precisa de instituições para ter sua voz legitimada, como o Defezap por exemplo. Houve a invasão de 13 residências no Alemão e os policiais ficaram lá por 3 meses, eles fizeram a denúncia e não foram levados a sério até determinado momento, tiveram que resistir na denúncia. Como atravessar a barreira para que as instituições possam fazer denúncias e possam ser consideradas.

- O Coletivo Papo Reto, assim como diversas outras organizações, não acredita mais nesse diálogo com a polícia. Mas consideram que é importante fazer o diálogo. Se os drones forem usados serão apropriados pelos traficantes também.

- São colocadas críticas ao uso da proposta do Acesso Seguro porque a metodologia é usada em situações de guerra e isso reforça a narrativa de guerra, que tem que ser questionada.

- Pensar o Acesso Seguro a partir dos conselhos e como é feita a divulgação dessa questão para a comunidade.

- A experiência do GAESP e o diálogo com a Secretaria de Educação é fruto de uma visão do ex-secretário de educação. Ela é embrionária. Como o MP pode manter essa possibilidade de diálogo? Como manter e desenvolver o diálogo entre segurança, saúde e educação?

- As instituições que estão aqui estão lutando por uma redução de danos para manter um mínimo em relação à guerra que vivemos. É gratificante ver o MP aqui, pois há um distanciamento histórico do MP com as áreas conflagradas. Como usar a informação produzida pelos coletivos de favela nas denúncias do MP e nos processos

de justiça. Essas questões jurídicas mudam de acordo com o CEP e cor. Como ter um inquérito policial que não reproduza o racismo institucional que nós vivemos. Como o MP pode auxiliar nisso?

- O MP recebe informações de vários locais, muitas vezes divergentes e muitas fake News, é muito complicada a realidade. A palavra de ordem é integração e a ideia de rede de informações é fundamental. A rede da infância é muito conhecida por exemplo e tem um funcionamento que pode servir de exemplo.

- Como a Fiocruz pode mediar as questões pertinentes em relação à informação, de forma a produzir resultados em políticas públicas e inquéritos judiciais? Produção de uma rede de informações para além das pesquisas, dar conteúdo prático para isso.

- Como se estende o Acesso Seguro dos trabalhadores para todos os usuários? Esse é um desafio para a CAP também. A situação da Saúde é complicada, os trabalhadores estão sendo demitidos, as unidades perdendo profissionais importantes, como o recente corte do NASF. Existem no momento apenas duas pessoas trabalhando com o Acesso Mais Seguro.

- É preciso criar uma rede de parceiros confiáveis para as informações. Agora existe a lei do Sistema Unico de Segurança Pública - SUSP. Mancha criminal, dados do ISP. O que é considerado documento: vídeo, foto e papel. Tudo que é gravado tem que ser dito qual local e data da produção e também é preciso ter um autor, cnpj ou cpf.

- Precisamos gerar informações a partir dos territórios, precisamos dizer que o Estado banca operações policiais que trazem muitos ônus para o Estado também.

- Sugestão de gerar uma carta com as principais questões levantadas nesse encontro. Um documento executivo para advocacy e diálogo com instituições e a produção de evidências científicas.